

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DISTRITAL DE IBATÉ****VARA ÚNICA****RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0001687-41.2013.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Juraci do Carmo de Oliveira Forte**
 Requerido: **América Latina Logística Malha Paulista Sa All e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

JURACI DO CARMO DE OLIVEIRA FORTE move ação de indenização por danos morais em face de FERROBAN FERROVIAS BANDEIRANTES S/A., ALL AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S/A e LUIZ ALBERTO TOLEDO. Sustenta, em essência, ser irmã de José Carlos Gustavo de Oliveira, falecido em 12 de março de 2005, vítima de atropelamento na linha férrea. Sustenta que o local dos fatos é utilizado por pedestres para travessia da linha, mas não dispõe de sinalização e proteção necessárias, bem assim que a locomotiva era conduzida por Luiz Alberto Toledo, o qual não evitou a colisão e seguiu percurso após o acidente, deixando de prestar socorro à vítima. Pleiteia a condenação dos réus em indenização por danos morais em valor equivalente a duzentos salários mínimos e nas verbas de sucumbência. Juntaram os documentos de fls. 11/30.

A petição inicial foi emendada a fl. 64 alterando o polo passivo.

A ré ALL América Latina Logística S/A foi citada a fl. 80.

Aportou às fls. 104/124 resposta em nome de todos os requeridos. Suscitaram-se preliminares de ilegitimidade passiva dos corréus Luiz Alberto Toledo e ALL América Latina Logística S/A. No mérito, os requeridos contestaram as alegações da autora e sustentaram ausência de responsabilidade em razão de culpa exclusiva da vítima. requereram a improcedência da ação.

Verificou-se irregularidade na representação de Luiz Alberto Toledo, prosseguindo-se para a realização de sua citação pessoal, ato efetivado a fl. 293.

Contestação às fls. 286/312. Contrapondo as alegações da autora, argumentou tratar-se de suicídio e enfatizou haver esgotado os meios para evitar a colisão. Requeru a improcedência da ação.

Houve réplica (fls. 331/333). A autora postulou a condenação das rés em litigância de má-fé por anexar aos autos fotografias atuais, cujas imagens não correspondem à situação do local na época dos fatos.

Decisão saneadora afastou as preliminares e deferiu a produção de prova testemunhal, designando audiência de instrução, debates e julgamento (fl. 357).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Procedeu-se à oitiva de uma testemunha, deprecando-se a das demais (fl. 371).

Audiência realizada no Juízo Deprecado a fls. 391/398.

Declínio de competência às fls. 455/458.

Restituição dos autos pela Justiça Federal a fl. 464.

Conflito negativo de competência às fls. 466/471. Decidiu o E. Superior Tribunal de Justiça pela competência deste Foro (fls. 475/480).

Encerrada a instrução processual (fl. 487), as partes manifestaram-se em alegações finais (fls. 491/498 e 500).

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

A ação é improcedente.

Não se trata de hipótese de responsabilidade civil objetiva, uma vez que os fatos não correspondem à atividade pública desenvolvida pelas rés, mostrando-se inaplicável o artigo 37, §6º, da Constituição da República.

A prova produzida no curso do processo é suficiente para afastar a responsabilidade civil, na medida em que os elementos amealhados indicam culpa exclusiva da vítima que, em estado de embriaguez (fl. 442), posicionou-se diante da locomotiva de maneira que o atropelamento não poderia ser evitado.

A conduta da vítima, que adentrou a alinha férrea ciente dos riscos que corria, foi a causa exclusiva do evento.

Verifique-se: *"Apelação. Responsabilidade civil. Acidente. Atropelamento de pedestre em linha férrea. Embriaguez incontroversa. Excludente de responsabilidade. Culpa exclusiva da vítima configurada. Sentença de improcedência mantida. Art. 252, RITJSP. Recurso improvido"* (Relator(a): Bonilha Filho; Comarca: Ourinhos; Órgão julgador: 26ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 03/12/2015; Data de registro: 04/12/2015).

A excludente de responsabilidade verificada afastaria a obrigação de indenizar ainda que se tratasse de responsabilidade objetiva, em razão do desaparecimento do nexo de causalidade.

Sobre o tema: *"outro aspecto a considerar reside na exclusão da responsabilidade do Estado no caso da ocorrência desses fatos imprevisíveis. Vimos que os pressupostos da responsabilidade objetiva são o fato administrativo, o dano e o nexo de causalidade entre o fato e o dano. Ora, na hipótese de caso fortuito ou força maior nem ocorreu fato imputável ao Estado, nem fato cometido por agente estatal. E, se é assim, não existe nexo de causalidade entre qualquer ação do Estado e o dano sofrido pelo lesado"* (CARVALHO FILHO. Manual de Direito Administrativo, 2013, p. 568).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não procede, portanto, a pretensão inicial.

Não se vislumbra a prática, pelos requeridos, dos atos elencados no artigo 17 do Código de Processo Civil a ensejar condenação por litigância de má-fé.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação. A autora arcará com as custas e honorários advocatícios fixados em 15% do valor atribuído à causa, observando-se, quanto à exigibilidade de tais verbas, o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I. Oportunamente, arquivem-se os autos.

Ibaté, 10 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**